

2

Relações entre gerações na família das camadas médias urbanas do Brasil contemporâneo

Ele tinha tudo, menos limite.
(chamada do filme “Meu nome não é Johnny”)

Ele [refere-se a seu irmão mais velho] não sabia administrar a vida. Agora ele não usa pó, mas se apóia na religião. Já eu, não encaro dessa forma. A droga para mim me dá prazer, não é para suprir alguma coisa. Adoro ser consciente, amo ser consciente. Eu acho que prezo muito mais minha consciência do que a doideira. (...) sei o meu limite.

(Bernardo, 29 anos)¹

2.1.

A família no Ocidente contemporâneo

Filiando-se a Claude Lévi-Strauss, Luiz Fernando Dias Duarte² identifica a família como um caso particular, atualização de um fenômeno universal, o parentesco. A conjugação e a dinâmica entre uma condição animal compartilhada com outras espécies – a reprodução por consangüinidade – e uma condição exclusivamente humana – a troca social por afinidade – comporiam o núcleo universal dos sistemas de parentesco. Para compreender a família, um fenômeno histórico específico e não necessariamente uniforme, o autor propõe que se concentre em três de suas características universais, ou seja, na maneira como se manifestariam o sistema de localidade, a corporatividade e o sistema de atitudes na cultura ocidental moderna³.

¹ Depoimento extraído de ALMEIDA, M. I. M. de; EUGENIO, F. “Paisagens existenciais e alquimias pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso às ‘drogas’ no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas”. In: ALMEIDA, M. I. M. de; NAVES, S. C. (orgs.). “*Por que não?*”: rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, pp.155-200.

² DUARTE, L. F. D. “Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família”. In: RIBEIRO, I.; TORRES, A. C. (orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995, pp.27-41.

³ Id., *ibid.*:27.

Neste sentido, o autor ocupa-se em delimitar um sentido estrito para a categoria “família”. Ainda que caracterizada por uma continuidade lexical que remonta ao Direito Romano e à doutrina cristã, esta categoria teria passado por diversas descontinuidades, até uma ruptura mais radical no século XVIII. É aí, com a emergência do indivíduo igual e livre como um valor cultural central no Ocidente, que se detecta a inflexão que ensejará o corte “moderno” para a família. No “familialismo” ou modelo ocidental moderno de família, esta última passa à condição de incubadora do indivíduo, tornando-se mais um meio de individualização que um fim coletivo⁴.

É nesse momento que a família adquirirá um caráter ambíguo, mas não por isso paradoxal. Por um lado, esta nova família passa a ser vista como a forma natural, mais básica e indivisível de unidade social e, ao mesmo tempo, de acordo com Duarte, como possibilitadora da expressão e reprodução da essência do humano, verdadeira substância sagrada⁵. Por outro lado, é na instituição da família moderna que se poderá perceber a combinação de dois princípios de ordenação social, se não totalmente antagônicos, mutuamente implicados em tensão: a hierarquia e o individualismo.

Com efeito, a Revolução Francesa teria consistido num duro golpe sobre a legitimidade da hierarquização da sociedade, ou melhor e mais especificamente, sobre a legitimização sobrenatural, posto fundada em direito divino, das hierarquias que ordenavam o mundo social pré-moderno. A Igreja Católica, portanto, vê-se significativamente reduzida em suas atribuições sociais e, além disso, sofre com a limitação do espaço às relações complementares baseadas em diferenças pessoais, ou seja, às relações hierárquicas. Inegavelmente, o familialismo consiste nisso: um último refúgio para o tradicionalismo relacional católico, articulando de maneira bastante estreita a tríade fundamental da família burguesa, a saber, pai, mãe e filhos. Além disso, contudo, a nova família teria um papel eminentemente modernizante, isto é, transmitir a educação necessária à individualização dos sujeitos⁶.

⁴ Id., *ibid.*:27-8.

⁵ Id., *ibid.*:29.

⁶ Id., *ibid.*:30.

Combinando “forma hierárquica e espírito individualizante”⁷, o modelo de “família nuclear” das camadas médias ganha centralidade à medida que se tonifica a ênfase ideológica individualista no Ocidente. De acordo com Duarte, não se deve depreender, contudo, uma uniformização nesse sentido. Assim, ainda que a referência à família consista comumente numa referência à família das camadas médias urbanas, podem-se encontrar outros modelos de família, não-individualistas e, portanto, periféricos: de um lado, privilegiando a unidade doméstica, as camadas populares tenderiam a tomar como incontestado o compromisso de produção de pessoas relacionais, imersas numa teia de relações complementares entre papéis hierarquizados e englobados numa unidade de identidade mínima, a família; por outro, as elites não chegariam a subordinar a produção de indivíduos à reprodução de sua corporatividade; colocá-las num mesmo patamar valorativo, contudo, representa uma diferenciação definitiva quando se leva em consideração o privilégio quase absoluto de que desfruta o indivíduo no seio das camadas médias⁸. Seria um equívoco, contudo, perceber estes modelos alternativos de família como resíduos pré-modernos. Efetivamente, as famílias de camadas populares, tanto quanto as de elite, não têm como se distanciar, como fugir do raio de influência ideológica do modelo central de família⁹.

Desde o fim da II Guerra Mundial, entretanto, este modelo hegemônico estaria passando por uma reformulação radical em que a combinação entre hierarquia e individualismo viria a se desarticular a partir de uma intensa individualização no Ocidente. O modelo combinatório – hierarquia mais individualismo – revelou-se especialmente insuficiente quando as mulheres passaram a desejar e, de fato, a assumir projetos de individualização. Os indivíduos produzidos até então eram, em princípio, indivíduos masculinos e, analogamente, a hierarquia que lhes possibilitava a individualização assentava na subordinação da mulher ao homem no âmbito da família. Uma vez que Duarte percebe a família moderna como um contraponto privado, relacional e hierárquico a um mundo público igualitário e individualizado, é possível compreender a sua

⁷ Id., *ibid.*:36.

⁸ Dois importantes índices históricos da valorização do indivíduo na emergente família burguesa, segundo Duarte: em um primeiro momento, ao se lhe destacarem os “sentimentos”, especialmente na literatura romântica (*ibid.*:30); mais tarde, com o freudismo, no zelo pelo seu “psiquismo” (*ibid.*:32).

⁹ Id., *ibid.*:33-5.

inquietação: com o descrédito desta dimensão hierárquica – e, além disso, com os sucessivos reveses que sofrem identidades englobadoras como a religião e a nação –, deflaciona-se uma importante via de aprendizado ético. Tem-se a impressão, assim, de que é possível viver socialmente sem hierarquias de qualquer tipo o que, ao fim, redundava numa perspectiva artificial devida à hipertrofia da ideologia individualista¹⁰:

(...) a incapacidade de a forma família atender à demanda de uma redobrada individualização não pode deixar de inquietar mesmo ao observador mais desapassionado. (...) a família ainda representava uma reserva ou microcosmos hierárquico onde a percepção da dimensão relacional, embutida, complementar, ética portanto, da vida social podia ser incorporada no processo de criação¹¹.

Debruçando-se especialmente sobre o caso francês, François de Singly¹² adota uma perspectiva durkheimiana para compreender a família contemporânea ocidental. Embora se filiando a um marco teórico aparentemente datado – sobretudo quando se tem em mente a intensa liberalização dos costumes por que passa o Ocidente desde fins da década de 1960 –, o autor constata que, hoje ainda, a família se manteria sobre o mesmo eixo “relacional” apresentado por Émile Durkheim em 1892¹³. Aqui, a família se constitui e se mantém muito mais por uma valorização da qualificação afetiva dos vínculos entre os seus membros que pela conservação de um patrimônio econômico no interior do grupo.

De acordo com Singly, o foco nos laços familiares teria engendrado um duplo movimento durante o século XX: de um lado, a “família conjugal”¹⁴, baseada na centralidade instituinte do casal de cônjuges, “privatiza”-se, visando ao cultivo das relações interpessoais entre consortes e entre pais e filhos; por outro lado, este apreço por menos e melhores relações não passa sem uma busca simultânea pela independência em relação à parentela extensa e às relações vicinais, ensejando-se uma intensa dependência em relação ao Estado. A família, libertando-se de elos tradicionais, acaba por se “socializar”, submetendo-se a uma “solidariedade estatal”¹⁵.

¹⁰ Id., *ibid.*:36-40.

¹¹ Id., *ibid.*:39, grifos no original.

¹² SINGLY, F. de. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007[1993].

¹³ Id., *ibid.*:32.

¹⁴ Id., *ibid.*:30.

¹⁵ Id., *ibid.*:33.

Se a família é, então, permeável e atravessada por uma série de regulações que lhe são externas, a impessoalidade destas intervenções ampliará, no extremo, a autonomia individual de seus elementos, uma vez que os elos de dependência entre os cônjuges, entre as gerações e entre as parentelas teriam sido substituídos, em grande parte, por elos de dependência entre indivíduos e o Estado. Nesta conjuntura, ainda que se depare com uma grande individualização, não se pode apressar em diagnosticar a ruptura do liame intrafamiliar, ao contrário. É através da dissolução de elos imperativos – laços de dependência, sobretudo material – entre os indivíduos de um grupo familiar que se poderá focar em elos espontâneos, negociáveis, o que, ao fim, amplifica aquela valorização das relações entre os familiares detectada por Durkheim e faz “viver o espírito de família”¹⁶.

Contudo, conforme Singly, podem-se sublinhar alguns problemas na perspectiva de Durkheim para a família conjugal. De um ponto de vista evolucionista, este último autor perceberia na família moderna, “nuclear”, uma originalidade ocidental. Ora, de acordo com Singly, a restrição¹⁷ do grupo familiar teria uma dupla explicação no Ocidente moderno: a queda nas taxas de mortalidade infantil teria contribuído para um maior controle dos nascimentos, já que, simultaneamente, conforme indica Philippe Ariès, a criança é revalorizada na família, passando a ocupar aí uma posição central. Isto não impede, contudo, que Durkheim avance uma hipótese frutífera, aproveitada por Singly: a correspondência entre o funcionamento interno e a forma da família, por um lado, e, por outro, a morfologia da sociedade. Historicamente, a interdependência entre estes fatores enfraqueceria a comunidade familiar e daria tónus ao individualismo no Ocidente, uma vez que, com a urbanização, a industrialização e a expansão dos meios de comunicação, os indivíduos passariam a prescindir cada vez mais do seu grupo de origem¹⁸.

Ademais, a partir de um viés normativo, Durkheim revela-se ambíguo ante a família moderna. Ao deflacionar o papel das coisas, ao diminuir a importância do patrimônio e, mais especificamente, da herança econômica familiar em suas

¹⁶ Id., *ibid.*:36.

¹⁷ Singly preferirá a expressão “família restrita” a “família nuclear”. Segundo Clarice Ehlers Peixoto, que traduziu e prefaciou a edição brasileira de *Sociologia da família contemporânea*, “[p]ara ele, esta última noção (funcionalista) é bastante problemática, pois apela a uma forte analogia a *nucleus*, um elemento ínfimo e fixo de uma célula, enquanto a originalidade da natureza dos sentimentos no interior da família repousa nas relações entre seus membros” (PEIXOTO, 2007:25).

¹⁸ SINGLY, *ibid.*:34-5.

análises, o autor passa a enfatizar – positivamente até – o mérito pessoal e, em última instância, o próprio crescendo individualizante que detectava na sociedade para a qual voltava suas investigações durante a III República, aquilo que, segundo Singly, se poderia chamar “sociedade conjugal”. A este diagnóstico sociológico de Durkheim, contudo, contrapunha-se uma posição pessoal que revelava desaprovação face àquela ênfase. Em outras palavras, se Durkheim via com bons olhos a vertente meritocrática do individualismo, considerava problemática a valorização do indivíduo como um fim em si mesmo, a ponto de se deixarem em segundo plano, ou de lado, quaisquer horizontes intergeracionais¹⁹.

Compreende-se, desse modo, a oposição de Durkheim a um projeto de lei sobre o divórcio por consentimento mútuo: o casamento enquanto instituição, não os cônjuges enquanto indivíduos, deve vir em primeiro lugar, velando-se o bem-estar das crianças, visando à manutenção de um vínculo entre diferentes gerações e, por fim, a uma maior integração social. Segundo Singly, a contradição reside em que, nas suas teorias, buscando compreender as dinâmicas familiares, Durkheim privilegia o casal, isto é, os indivíduos e, ao fim, o indivíduo. Ora, diferentemente de Ariès, por exemplo, onde as crianças teriam um valor interpretativo central, em Durkheim, elas, no plano estritamente teórico, seriam “percebidas como referência eventual à herança”, não sendo “estimadas por si mesmas”²⁰. Quando chamado a adotar uma posição política, contudo, o autor destaca a importância institucional do casamento para a posteridade dos mais jovens, revelando, assim, uma preocupação com a sociedade²¹.

Some-se a isso, prossegue Singly, o exagero de Durkheim em seus prognósticos para a herança econômica. De fato, ainda que o primado da família moderna resida nas relações entre os seus membros, o legado de bens entre as gerações não poderia simplesmente ser ignorado. Por um lado, boa parte da afeição relacional estaria inscrita nos próprios objetos e, por outro, muitos destes, especialmente os presentes de casamento e os imóveis, contribuiriam como dotes para uma vida familiar mais segura e tranqüila, ao menos do ponto de vista material, alargando, assim, o espaço de manobras do indivíduo²².

¹⁹ Id., *ibid.*:37-9.

²⁰ Id., *ibid.*:47.

²¹ Id., *ibid.*:39-40.

²² Id., *ibid.*:107-9.

Não deixa de ser curioso, contudo, notar que a legislação francesa do final da década de 1980 acabe por atender às inquietações durkheimianas no que tange ao divórcio, seja consensual, seja litigioso; ainda que parcialmente, já que o foco cai, sim, sobre as crianças, mas a partir de uma visada nitidamente individualista:

*Garantindo, de alguma maneira, a permanência do casal parental, a lei luta contra os efeitos da autonomização no seio da família. Ela estima que as forças centrífugas só devem atingir o núcleo conjugal, sem afetar o campo parental*²³.

Todavia, argumenta Singly, esta ambigüidade da análise de Durkheim é útil ao analista quando se revela “sintoma das dificuldades de elaborar uma teoria sociológica da família moderna”²⁴, posto haver aí uma tensão primordial entre a autonomia individual e os deveres impostos pelo grupo. Duarte sintetiza esta nuance ao chamar a atenção para as transformações por que vem passando hoje este delicado equilíbrio, naquilo que denominou “crepúsculo da família”:

*Sua tarefa [da família moderna] era viabilizar a própria ontogênese dos Sujeitos individualizados, propiciar que se desenvolvessem na justa medida (e quão difícil foi sempre obter essa têmpera!) entre “independência” e “respeito”, entre integração e autonomia, entre o compromisso com a singularidade monádica e o reconhecimento dos “deveres para com o próximo”*²⁵.

2.2.

O jovem na família das camadas médias urbanas do Brasil contemporâneo: “crise de autoridade”

Nos dias de hoje, é bastante comum referir-se a uma “crise de autoridade” na família das camadas médias urbanas brasileiras. *Grosso modo*, o argumento corre da seguinte maneira: houve um *antes* em que os pais se percebiam e eram percebidos, inclusive e principalmente por seus filhos, como representantes de uma autoridade, ou de um poder, que se fundava e legitimava tanto numa tradição quanto num fim antropológico, a saber: deixar de ser criança para, então, tornar-se adulto. Toda a assimetria das relações inscritas no ambiente familiar, desse modo,

²³ Id., *ibid.*:80.

²⁴ Id., *ibid.*:40.

²⁵ DUARTE, *ibid.*:39.

assentava-se, e quase sempre de maneira cabal, na premissa de que crianças e adultos, pais e filhos seriam posições intrinsecamente diferentes e, portanto, valorativamente distintas, caracterizando o que Sérvulo Figueira²⁶ chamou “identidades posicionais”:

(...) todos tendem a ser definidos a partir da sua posição, sexo e idade. Há várias idéias em torno do que é “certo” e “errado”, e há vários mecanismos sutis dentro e fora dos sujeitos para tentar suprimir ou controlar as várias formas de desvio de comportamento, pensamento ou desejo²⁷.

A articulação complementar e relativamente rígida destas identidades posicionais num grupo familiar consistiria na realização do que o autor denomina ideal hierárquico de família²⁸. Aqui, ser pai implica uma autoridade que vai de par com a responsabilidade de formar, preparar, criar etc. um adulto ou, mais precisamente, um “futuro adulto”. A forma como se atualizavam as disparidades subjacentes à relação entre pais e filhos teria sido bastante expressiva, a ponto de ensinar, mais tarde, aquele mantra pedagógico: “não confundir autoridade com autoritarismo”. Nesta perspectiva, então, pai e filho são essências polares e inegociáveis no âmbito familiar, sendo colocadas em relevo e em causa sobretudo por ocasião de ritos de passagem, quer dizer, pela imposição social de relações e de símbolos exteriores à ordenação interna da família, percebida geralmente como um núcleo de base biológica formado por pai, mãe e filhos. Esta relação entre extremos, aliás, engendra uma posição que é muitas vezes vista como transicional, um sustenido tanto quanto um bemol: o adolescente. Mais que criança, mas ainda um filho e, complementarmente, menos que adulto, pois estudante e, principalmente, não-trabalhador, não-cônjuge e não-pai.

É inegável, havia tensões, conflitos e dissidências na família hierárquica: “A ‘família hierárquica’ é relativamente organizada, ‘mapeada’ – o que não quer dizer que não contenha vários conflitos reais e potenciais em sua estrutura”²⁹. Esta, no entanto, era a *realidade* do universo de relações que constituía uma

²⁶ FIGUEIRA, S. A. “O ‘moderno’ e o ‘arcaico’ na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social”. In: ____ (org.). *Uma nova família?: o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, pp.11-30.

²⁷ Id., *ibid.*:16, grifo no original.

²⁸ Id., *ibid.*:15.

²⁹ Id., *ibid.*:15.

família, ou seja, o dia-a-dia factual e cambiante ao qual se impunha e, no mais das vezes, se contrapunha um *ideal* do que seria ou deveria ser uma família.

Um ideal hierárquico de família, eis aí o *antes*, aparentemente sem “crise de autoridade”. O que se passa no *agora*? No Brasil, principalmente a partir da década de 1950 do século XX, esta clássica paisagem de linhas claras e mais ou menos estáveis e previsíveis teria começado a se borrar com o processo de modernização pelo qual passou não apenas – ou necessariamente em primeiro lugar – a economia nacional, mas a sociedade como um todo e, é claro, a própria família³⁰. O que teria mudado? E como?

Numa palavra, as relações familiares teriam começado a se pautar por um outro ideal de família, desta vez “igualitário”³¹. Àquela rígida identidade posicional presente no ideal hierárquico de família, contrapõe-se uma outra, que enfatiza diferenças, sim, e talvez mais do que antes, mas não como um dado inelutável de uma condição objetiva – ser homem e pai, mulher e mãe, criança e filho etc. –, mas como uma expressão “idiossincrática”³² e pessoal de uma subjetividade única. Aqui, onde predominariam a singularidade, o gosto pessoal e, conseqüentemente, onde aparentemente haveria pouco espaço para o estabelecimento de relações que constituíssem uma família ou, ao menos, uma família no que preconizariam os moldes tradicionais do ideal hierárquico, aqui, enfim, é o respeito ao outro enquanto indivíduo, é a sua autonomia que cimentará, ou melhor, que dará liga à relação abertamente negociável e constantemente rediscutida entre os cônjuges, por um lado, e entre pais e filhos, por outro.

Ademais, e este talvez seja o ponto principal de Figueira, o aparecimento e a tonificação deste modelo igualitário de família não provoca, automaticamente, o desaparecimento daquele outro ideal, hierárquico, e, mais importante, o desaparecimento das implicações subjetivas que dele decorriam. É o que o autor chama “modernização reativa” ou “falsa modernização”³³. Não se nega que o Brasil tenha se modernizado, bem ao contrário; percebe-se, sim, um processo de mudança social acelerada onde ao sujeito se apresentariam inúmeras vias de auto-representação. Isto teria pelo menos duas importantes conseqüências no âmbito da subjetividade, naquilo que o autor se refere como a “dimensão invisível da

³⁰ Id., *ibid.*:12-21.

³¹ Id., *ibid.*:15.

³² Id., *ibid.*:16-7.

³³ Id., *ibid.*:25.

mudança social”³⁴: a objetificação menos ou mais evidente para o sujeito de uma condição subjetiva vista agora, quase sempre com sinal negativo, como “tradicional” e “retrógrada” e, como corolário, o convívio de uma pluralidade de identidades e normas na subjetividade, identidades e normas nem sempre consistentes entre si e, muitas vezes, contraditórias. Trata-se de um “desmapeamento”:

*(...) ao contrário do que a metáfora parece sugerir de modo mais imediato, não é perda ou simples ausência de “mapas” para orientação, mas sim a existência de mapas diferentes e contraditórios inscritos em níveis diferentes e relativamente dissociados dentro do sujeito*³⁵.

A nuance a ser apreendida aqui é a seguinte: se as identidades posicionais tradicionais são relativizadas pela mudança social, isto não significa que elas tenham sido extintas e prontamente substituídas por identidades idiossincráticas. Efetivamente, o “pai tradicional”, embora tendo perdido espaço para o “pai moderno”, continuaria subsistindo, de maneira nada desprezível, na identidade “pai” de um sujeito. Mais importante: a “modernidade” de cada um não seria como que medida pelo seu grau de “tradicionalismo” ou, inversamente, pelo seu grau de “progressismo”. Enfim, como argumenta Figueira:

*A modernização reativa se deve, em última instância, ao fato de que a sucessão de ideais no processo de modernização, ao ser extremamente rápida, não dá ao sujeito a oportunidade de se modernizar realmente no seu funcionamento, profundamente, nos seus conteúdos e na sua identidade. Preso no descompasso entre a grande velocidade da modernização e a grande inércia da subjetividade, o único modo do sujeito conseguir ser moderno, tentar acompanhar as transformações, é através da modernização do conteúdo do comportamento, através da modernização reativa*³⁶.

Depara-se, então, com uma “modernização verdadeira”³⁷ justamente quando os comportamentos individuais – por exemplo, a abstenção ou o consumo regular de maconha – encontram-se subordinados ao “direito de opção”³⁸ de cada sujeito e não a instâncias que lhe são externas, sejam outros sujeitos, sejam instituições como o Estado, a religião, a escola e, é claro, a família. Desse modo,

³⁴ Id., *ibid.*:14.

³⁵ Id., *ibid.*:22-3.

³⁶ Id., *ibid.*:29.

³⁷ Id., *ibid.*:25.

³⁸ Id., *ibid.*:23-4.

não é necessariamente moderno eleger o consumo de maconha como “moral” e, inversamente, a “caretece” como “imoral”. Se não se reconhece o espaço ao “careta”, atribuir o rótulo “moderno” ao consumidor redundaria numa rigidez, numa essencialização tão implacável e, eis o ponto, tão normativa quanto interpretá-lo como “anormal” ou “desviante”. Desconsiderar o invisível – o sujeito, sua subjetividade – frente ao aparente – seu comportamento tomado em si mesmo –, reagir ao “arcaico” impondo-lhe conteúdos “modernos”, esta talvez seja a principal característica apontada pelo autor na modernização das relações, dos elos que constituem a família das camadas médias no Brasil recentemente.

A esta altura, é preciso chamar a atenção para alguns aspectos da análise de Figueira. De saída, como aliás aponta o próprio autor, deve-se prestar atenção ao emprego da categoria *indivíduo*, não se devendo confundir-la com *sujeito*. A partir de seu argumento, é possível depreender uma precedência do sujeito sobre o indivíduo – e sobre o conceito antropológico de *pessoa*. Em poucas palavras, o sujeito seria o substrato psíquico sobre o qual se atualiza, através de sua socialização, o indivíduo, categoria central, mas não única, da ideologia individualista; esta última seria caracterizada ainda por outros princípios, por exemplo, o respeito, a igualdade, o direito ao autodesenvolvimento etc.³⁹ Afora isso, o “imaginário moral”⁴⁰ individualista é apenas uma entre tantas outras possibilidades de informação subjetiva. No presente caso, o indivíduo funciona como uma “idéia de ligação”⁴¹, índice crucial de uma modernização verdadeira, posto que, através dela, homens, mulheres e crianças se perceberiam como abstratamente iguais, embora pessoal e idiossincriticamente diferentes⁴².

Além disso, a modernização dita reativa não nutre necessariamente um ciclo vicioso em que se sabotam quaisquer possibilidades de modernização, isto é, em que se iniba o predomínio da idiossincrasia sobre a posição; mais precisamente, ela potencializa tanto a manutenção de um estado de coisas quanto a sua subversão, podendo ser vista, assim, como “um passo decisivo na direção da verdadeira modernização e o perigo de nunca se chegar lá”⁴³. Assim, comportamentos “modernos” podem tanto mascarar atitudes “arcaicas” quanto se

³⁹ Id., *ibid.*:26.

⁴⁰ Id., *ibid.*, loc. cit.

⁴¹ Id., *ibid.*:19 e *passim*.

⁴² Id., *ibid.*:16.

⁴³ Id., *ibid.*:25, grifo no original.

apresentar efetivamente como sendas alternativas de atualização de si. Daí o autor chamar a atenção para casos emblemáticos (Leila Diniz e sua gravidez desnuda, Fernando Gabeira e seus glúteos desnudos etc.) e, sobretudo, para o papel dos meios de comunicação de massa na abordagem destes momentos privilegiados de debate.

Por fim, pode-se dizer, talvez sem grande prejuízo, que a discussão subjacente à análise de Figueira seja aquela da tensão entre a autonomia do sujeito e aqueles mapas invisíveis que baseavam o ideal hierárquico de família, ou seja, heteronomias que lhe tolhiam a subjetividade e, no extremo, a liberdade. Disso não se deve concluir, contudo, que o autor advogue o império da vontade ou da libertinagem, pelo contrário. Fosse-nos permitido apontar um viés nos diagnósticos do autor para a família de classe média brasileira, este se caracterizaria muito mais por uma crítica a sua modernização conteudística, por assim dizer, do que à família enquanto tal ou mesmo a normas, impostas e auto-impostas.

O argumento de Figueira permite sugerir que, no Brasil das últimas décadas, aqueles conflitos suscitados pelo caráter vertical das posições articuladas na família hierárquica têm se dissolvido ou minorado rapidamente; por outro lado, no entanto, o consenso aí não se revela absoluto. A própria horizontalidade das relações entre indivíduos valorizada neste novo ideal de ordenação familiar enseja, se não o conflito aberto e radical, um permanente esforço de negociação, de polêmica, portanto, e de mudança.

Conforme indica Elsa Ramos⁴⁴ para o contexto francês, estas negociações podem ser compreendidas como “micromudanças” ou “microtransformações”⁴⁵. Debruçando-se sobre a família da classe média francesa e, mais especificamente, sobre jovens adultos⁴⁶ em coabitação com os pais em Paris, Ramos busca compreender como estes rapazes e moças passam a ser representados e a se

⁴⁴ RAMOS, E. “As negociações no espaço doméstico: construir a ‘boa distância’ entre pais e jovens adultos “coabitantes”. In: BARROS, M. L. de (org.). *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.39-65.

⁴⁵ Id., *ibid.*:44 e 49.

⁴⁶ No campo de estudos das Ciências Sociais onde se toma a família como objeto, as expressões “jovem” e, portanto, “jovem adulto” são polissêmicas. Para fins de clareza, eis o recorte empregado por Ramos em seu esforço empírico: “Os entrevistados eram estudantes, com idades que variavam entre os 19 e os 27 anos, residentes na casa dos pais, de onde nunca haviam saído para residir em outro local. Viviam em Paris ou na área metropolitana de Paris, e pertenciam a uma classe social relativamente homogênea, sendo a maioria dos entrevistados de classe média” (*ibid.*:48).

representar enquanto autônomos face a uma efetiva e crescente dependência residencial, financeira e material⁴⁷. A autora sugere, assim, a insuficiência da adoção de um modelo teórico *à la* van Gennep para a abordagem do fenômeno, ou seja, um aparato conceitual baseado na centralidade heurística dos ritos de passagem – por exemplo, o primeiro salário, a saída de casa, o casamento, a paternidade etc. É importante ressaltar, contudo, a autora não os descarta, mas os deflaciona em sua análise; enfatiza as micromudanças e a autonomia que a partir delas seria construída, mas não chega a desconsiderar as “rupturas institucionais”⁴⁸ e a independência que o indivíduo delas auferiria. Percebe-os complementares, dessa maneira, ritos de passagem e micromudanças e, no extremo, independência e autonomia individuais.

Sua crítica, portanto, volta-se à adoção de um quadro analítico que deixe de lado as pequenas negociações travadas no dia-a-dia familiar como balizadoras da autonomia do jovem adulto. O sentido das micromudanças, assim, estaria restrito a um “consenso doméstico”⁴⁹, paulatinamente atualizado pelo processo de validação da realidade subjetiva do jovem através de uma interação permanente com seus pais, e não tanto pela sanção de uma instância extrafamiliar. As modificações dos acordos domésticos tenderiam, enfim, a uma diminuição das assimetrias entre pais e filhos, isto é, a um maior igualitarismo no âmbito familiar, fazendo com que as relações constituintes da família pendam para relações entre pares⁵⁰.

Antes que se encerre esta breve incursão pela conjuntura francesa, faz-se necessário um parêntese metodológico. Deve-se atentar às especificidades nacionais brasileira e francesa. A exposição de uma teoria e de uma empiria realizadas a partir do contexto francês tem como único objetivo contribuir para o adensamento da reflexão acerca das particularidades da família nas camadas médias urbanas no Brasil, foco deste trabalho. Não se pretende uma transposição inadvertida de um modelo analítico elaborado noutra parte. No entanto, ainda que bastante diferentes entre si, Brasil e França não deixam de compartilhar tradições. François de Singly, que também se dedica ao caso francês, ao introduzir seu *Sociologia da família contemporânea*, chama a atenção para isso: “Sem negar as

⁴⁷ Id., *ibid.*:39.

⁴⁸ Id., *ibid.*:46.

⁴⁹ Id., *ibid.*:61.

⁵⁰ Id., *ibid.*:62.

diferenças nacionais (...), as orientações teóricas desta obra são fecundas para compreender a evolução das famílias após o final do século XIX, no Ocidente”⁵¹.

Focalizando o Brasil, percebe-se que houve, realmente, a partir da segunda metade do século XX e mais expressivamente a partir da década de 1970, uma série de transformações no seio da família de classe média, transformações que são sintoma e causa de uma democratização mais ampla da sociedade. Cabe nuançar, ainda que os primeiros anos da década de 1970 tenham se caracterizado por um intenso recrudescimento político acompanhado de uma expressiva subtração das liberdades individuais e políticas, já a partir da metade do decênio pode-se perceber um retraimento do regime instalado com o Golpe Militar de abril de 1964. Ocorre que, sob o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), a classe média intelectualizada e oposicionista deixara de vislumbrar a viabilidade de uma “revolução” através da luta armada, como informam Maria Hermínia Tavares Almeida e Luiz Weis⁵². Se, por um lado, a mobilização política havia ficado reduzida a um fio de clandestinidade, por outro e talvez por isso mesmo, a democracia tenha passado a ser valorizada em si mesma:

*O colapso da idéia insurrecional se faz acompanhar de outra mudança de pensamento e atitude em amplos setores da oposição de classe média: a democracia passa a ser valorizada como um objetivo em si e, com ela, a organização da sociedade e a participação no jogo eleitoral mesmo sob limitações*⁵³.

Diante desse contexto político mais amplo, seria interessante pensar no seguinte: mesmo lenta e gradual, a emergência desse valor tem repercussões nas próprias relações que constituem o universo familiar. Começa a se perceber, dessa maneira, no microcosmo familiar, a relativização e a deflação da autoridade. A autonomia subjetiva e a realização pessoal, hipertrofiando-se como valores comuns entre as gerações, acabam por amolecer o imperativo da independência, representada, por um lado, pela maturidade fisiológica do sujeito e, por outro, pelo acesso a recursos materiais suficientes à própria subsistência através do mercado de trabalho. Pode-se, assim, compreender melhor o destaque que o “diálogo” entre

⁵¹ SINGLY, *ibid.*:30.

⁵² ALMEIDA, M. H. T. de; WEIS, L. “Carro-zaro e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.319-409.

⁵³ *Id.*, *ibid.*:336.

pais e filhos vem ganhando nas últimas décadas por entre as camadas médias urbanas brasileiras.

Em suma, apesar das transformações democráticas e liberais que vêm ocorrendo nas interações familiares, a economia interna do sujeito, pode-se dizer, sua mentalidade não teria mudado tão radicalmente da noite para o dia, ainda que esta madrugada tenha durado quatro décadas⁵⁴. Mesmo que matizada pelo tempo, ainda seria possível sugerir, portanto, uma ascendência do modelo hierárquico de família sobre o sujeito e sobre aquela ordenação supostamente igualitária das relações que se desenrolariam *na* e constituiriam *a* família de classe média no Brasil urbano dos dias de hoje. É preciso considerar estas nuances antes de se alarmar uma “crise de autoridade”.

2.3.

O jovem na família das camadas médias urbanas do Brasil contemporâneo: “falta de limites”

Esta “crise” é muitas vezes interpretada como consequência de uma “falta de limites” dos jovens atualmente. Especialmente quando de um incidente – episódios de violência envolvendo jovens de classe média como depredação de patrimônio público e privado, brigas em boates, espancamentos nas ruas de grandes, médias e até de pequenas cidades, tiroteios em escolas, trotes em universidades etc. –, é comum que surja o diagnóstico de uma falta de limites dos jovens. Tais limites, implica este discurso, deveriam ter sido estabelecidos por aqueles que, espera-se, são os responsáveis pela educação do jovem, doravante jovem infrator. No mais das vezes, esta responsabilidade – ou irresponsabilidade – é prontamente atribuída aos seus pais; estes, continua o argumento, deveriam ter imposto limites ao seu filho, ter-lhe ensinado o que separa o “certo” do “errado”⁵⁵, preferencialmente durante a sua infância, mas, de um modo geral, até o preciso momento em que algo dá “errado”. À escola também cabe seu quinhão: por que

⁵⁴ Mais até, se temos em consideração que o texto de Figueira foi publicado em 1987.

⁵⁵ É interessante notar com Figueira que a articulação dicotômica e maniqueísta das noções “certo” e “errado” caracteriza o discurso normativo presente no ideal hierárquico de família. Neste ambiente, não é difícil que se dê nitidez e rigidez a quaisquer concepções de “*desvio* de comportamento, pensamento ou desejo” (FIGUEIRA, *ibid.*:16, grifo no original).

não teria agido o corpo docente com mais rigor, preenchendo em tempo hábil aquela lacuna presumidamente deixada pelos pais?

Por vezes, esta “falta de limites” seria apreendida como uma rebeldia dos filhos em relação à autoridade supostamente estabelecida de seus pais. Não se pode permitir confundir esta condição, todavia, com “rebeldia”, interpretada apressadamente como uma reação à família. Tampouco confundi-la com qualquer outra categoria que expresse uma mobilização organizada e sistemática contra um conjunto de valores relativamente uniforme. Talvez seja oportuno não desqualificar absolutamente o senso comum, mas requalificá-lo criticamente, dando-lhe densidade teórica a seguir. Ao que parece, a “falta de limites” não seria um diagnóstico equivocado, mas parcial. Restringir-se a ele, contudo, significa pautar qualquer tentativa de interpretação por uma meia verdade⁵⁶, por assim dizer. Desse modo, lança-se mão aqui da expressão “falta de limites” buscando sublinhar a originalidade da situação que se apresenta atualmente: o esvaziamento da autoridade na família; não de uma autoridade dos pais, mas da autoridade *tout court*.

Não se trata de um esvaziamento pleno, bem entendido. Como insinua Cynthia Sarti⁵⁷, mesmo hoje, quando há mais equidade entre os membros de uma família, esta ainda se definiria como “um mundo de relações recíprocas, complementares e assimétricas”⁵⁸, isto é, “um cenário onde o conflito é intrínseco”⁵⁹. Por outro lado, de acordo com a sugestão de Maria Rita Kehl⁶⁰, “a vaga de ‘adulto’, na nossa cultura, está desocupada”⁶¹.

O filho “rebelde”, o iconoclasta arquetípico, o James Dean imitado e aumentado em alguns pontos pela geração do fim dos anos 60⁶², afrontando,

⁵⁶ Apóio-me aqui na noção de “meia verdade” elaborada por Ricardo Benzaquen de Araújo em seu *Guerra e Paz*: “(...) não se trata de uma falsidade ou de um equívoco, mas de uma afirmação que atinge apenas parcialmente o seu alvo, necessitando por conseguinte ser um pouco mais debatida e qualificada” (ARAÚJO, 1994:48).

⁵⁷ SARTI, C. “O jovem na família: o outro necessário”. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp.115-29.

⁵⁸ Id., *ibid.*:121-2.

⁵⁹ Id., *ibid.*:126.

⁶⁰ KEHL, M. R. “A juventude como sintoma da cultura”. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp.89-114.

⁶¹ Id., *ibid.*:96.

⁶² Pouco antes de decretado o AI-5, estouravam as disputas entre estudantes, sobretudo universitários, pró e contra o regime autoritário. O conflito entre os alunos da Faculdade de Filosofia da USP e os da Universidade Mackenzie, com participação do Comando de Caça aos

enfrentava o “sistema”. Assim, ainda que de maneira obtusa, os críticos terminavam por destacar e valorizar seus criticados, reconhecendo-os, afinal, representantes de um poder, ainda que este fosse avaliado negativamente como repressor, opressor, castrador etc. À época, não se questionava ou muito menos ignorava a centralidade deste “inimigo” e, precisamente por isso, por não se lhe duvidar os efeitos, lutava-se contra ele. Hoje parece ser diferente. Como já vimos, o diálogo entre as gerações é enaltecido e, além disso, poucos seriam os dispostos a desempenhar um papel que guardasse qualquer semelhança com aquele interpretado pelos pais da família “tradicional”, nem mesmo e, tudo indica, menos ainda os próprios pais da família, digamos, “modernizada”.

Este desprestígio por que tem passado o adulto – entendido como representante de normas e mesmo de uma tradição – e, inversamente, esta intensa valorização do jovem – representado como um último refúgio de liberdade –, Kehl chama este fenômeno “teenagização da cultura ocidental”: “Ninguém quer estar ‘do lado de lá’, o lado careta do conflito de gerações, de modo que o tal conflito, bem ou mal, se dissipou”⁶³. Quando se tenta compreender a realidade da família das camadas médias, portanto, a idéia de um filho e de um jovem absolutamente insubordinados e sem limites parece não apenas insuficiente como também inadequada. Ao se problematizar teoricamente a noção de rebeldia, categoria muitas vezes empregada na classificação social dos jovens, talvez seja possível tornar mais clara esta inadequação. É o que passamos a fazer agora.

Em busca dos rebeldes num mundo em que parece reinar um conformismo competente ante uma realidade refratária a conflitos, Fernanda Moura⁶⁴ argumenta a favor de uma positividade dos atos de transgressão que problematizem aquilo que ela percebe como a própria base da vida social: a suposição e a demanda de sentido através da linguagem. Visando dar nova inteligibilidade à rebeldia, a autora desloca-lhe o foco interpretativo, tomando-a como uma relativização espontânea da organização social levada a cabo por alguns grupos, especialmente

Comunistas, o CCC, na rua Maria Antonia, em São Paulo, constitui caso emblemático das tensões e intenções em jogo: “(...) aqueles jovens de vinte e poucos anos, *dispostos a morrer, também estavam prontos para matar – até pessoas inocentes*” (ALMEIDA & WEIS, *ibid.*: 368, meu grifo).

⁶³ *Id.*, *ibid.*:96.

⁶⁴ MOURA, F. “Onde estão os rebeldes?: transgressão e família hoje”. In: FIGUEIRA, S. A. (org.). *Uma nova família?: o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, pp.43-54.

os jovens; e questionando-a enquanto reação à família e ao “sistema” do qual esta última seria um dos principais pilares⁶⁵.

Tomando a rebeldia como um tipo de transgressão presente “em todas as sociedades”⁶⁶, Moura argumenta que esta, enquanto ruptura, se caracteriza por uma fuga e uma traição do “familiar” e não por uma afronta, um ataque que mira exclusivamente a família:

(...) a rebeldia parece constantemente reinventar seu lugar, na tentativa de dissolução e desorganização da ordem social como tal. Um lugar que é antes da ordem do “familiar” – entendido enquanto espaço do estabelecido, do institucionalizado, do ordenado – do que da família com seus costumes e modos⁶⁷.

Englobando a própria família, este “familiar” nada mais seria que o imperativo de demandar e produzir sentido, característico e fundante da vida em sociedade. Rompe-se e rebela-se, então, não quando se criticam valores considerados retrógrados – estes mesmos limites, pode-se sugerir –, mas quando se joga luz sobre o próprio sistema de significação *no e a partir* do qual se elaboram estas críticas, fintando-se, ainda que brevemente, qualquer “‘obrigação’ de significar”⁶⁸. É deste efêmero atrito simbólico, e do ruído por ele provocado, que se poderão entrever as bases em que se assenta e se organiza a vida social.

Compreende-se, dessa maneira, a efemeridade da ruptura: a descontinuidade aí engendrada e a extensão no tempo inerente ao sentido socialmente construído – ao fim, ela mesma uma continuidade –, ambas seriam instâncias mutuamente excludentes. Levando este argumento adiante, portanto, pode-se pensar quão difícil seria vislumbrar uma espécie de “cultura rebelde” atualmente; tanto é assim que se nega o caráter monolítico dos rebeldes: “Quando falamos em reverter a ordem, não estamos falando de massas organizadas, com proposta, discurso ou intenção revolucionária”⁶⁹.

É interessante notar, entretanto, que Moura não chega a identificar ruptura e não-sentido e, desse modo, não chega a contrapor rebeldia e sociedade. A rebeldia pode ser vista como um caso-limite cujo único significado seria a

⁶⁵ Id., *ibid.*:49-51.

⁶⁶ Id., *ibid.*:48.

⁶⁷ Id., *ibid.*:49.

⁶⁸ Id., *ibid.*:51.

⁶⁹ Id., *ibid.*:52.

referência metalingüística e fugaz a um código vigente. Afinal, apesar de intrinsecamente irregulares e espasmódicos, estes instantes de suspense, estes parênteses de sentido não deixariam de ser “uma tentativa criativa de interferir na ordem social como tal”⁷⁰.

Ao se insistir na centralidade das relações que se desenrolam no seio da família para compreender a rebeldia, argumenta a autora, acaba-se por não lhe apreender devidamente o significado. Como observamos entre as camadas médias urbanas, o crescente destaque dado às idiossincrasias enquanto valor termina por minorar as tensões e os eventuais conflitos, antes mais nítidos, entre pais e filhos. Nesse caso, confundindo-se a ordem a ser colocada em questão com os seus representantes, deixa-se de perceber a rebeldia como uma realidade em si mesma, detentora de uma positividade própria e passa-se a vê-la como um epifenômeno de moda, “sem a menor força de atuação sobre a ordenação do social”⁷¹. Esta redução da transgressão a um efeito cuja causa seriam os excessos normativos de uma família sufocante não consiste apenas numa imprecisão analítica – científica –, mas também traria consigo desdobramentos políticos: a ratificação da família como valor, por um lado, e, mais importante, a inscrição do ímpeto rebelde – ímpeto de problematização e de inovação de sentido – àquela grade simbólica instituída e instituinte da própria ordem social:

*Dizer que a família é, ela mesma, o objeto primordial, essencial, fundamental da ação rebelde não será uma refamiliarização? Uma familiarização compulsória de uma força, um vigor que não teria na família, necessariamente, seu lugar de nascimento, seu oponente ou seu lugar de atuação?*⁷²

Já de acordo com Renato Janine Ribeiro⁷³, a contestação não seria um imperativo necessariamente inscrito na juventude. A afinidade entre ambas seria não apenas um fenômeno historicamente datado, mas, por isso mesmo, também reversível. Assim, a partir da Revolução Francesa, a “invenção e a inovação”⁷⁴ subjacentes ao questionamento de um estado de coisas passam a ser cultivadas como um valor. Antes dela, contudo, e, ao que tudo indica, no presente, é um

⁷⁰ Id., *ibid.*, loc. cit.

⁷¹ Id., *ibid.*:47.

⁷² Id., *ibid.*:49.

⁷³ RIBEIRO, R. J. “Política e juventude: o que fica da energia”. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp.19-33.

⁷⁴ Id., *ibid.*:24.

conformismo ante a realidade que parece vir ganhando espaço enquanto postura política entre os jovens.

À juventude corresponderia uma posição pendular na sociedade, conforme Ribeiro: quando não se é mais criança e absolutamente dependente e, ao mesmo tempo, quando ainda se está isento de uma série de deveres e exigências, basicamente todas aquelas responsabilidades inerentes ao trabalho, à conjugalidade e à paternidade. Por um lado, é precisamente por seu caráter “indeterminado”⁷⁵ que este período se apresentará ao jovem como um valioso momento de livre problematização do que lhe fora oferecido até ali pela sociedade; por outro, esta condição de dependência – sobretudo material – limita-lhe as ações. Desde meados do século XX entre a emancipação e a subordinação, o jovem, então, se vê dividido entre duas vias de mobilização política: a revolução, que lhe sublinha veios criativos e rebeldes; e o consumo, que lhe enfatiza ares conformados, conservadores e hedonistas. É interessante notar, contudo, estes caminhos não seriam absolutamente contraditórios⁷⁶.

Esta situação, especialmente a partir dos anos 1970, teria provocado uma inflexão na juventude na medida em que se potencializa a abertura de um abismo entre os ímpetus de inovação dos jovens e a sua atualização política. Numa realidade em que, desde muito cedo, passa-se a valorizar a precisão e a competência técnicas, seus desejos e lampejos de transformação acabam por vir em segundo plano ou simplesmente acabam: “(...) o modo de inserção no mundo exige um nível de acerto que já não admite a estação juvenil de desvios em relação à norma que, tempos atrás, era aceita e mesmo valorizada”⁷⁷.

O autor se mostra preocupado com este aproveitamento da energia dos jovens. Conforme Ribeiro, estando hoje a política “em baixa”⁷⁸, as transformações sociais viriam, de um lado, com os movimentos sociais e, de outro, com a indignação ética. É a partir destes celeiros de novidades políticas que se

⁷⁵ Id., *ibid.*, loc. cit.

⁷⁶ Ateste-o todo o *merchandising* em torno da imagem – e de *uma* imagem – de Che Guevara. Segundo a sugestão de Luiz Eduardo Soares: “(...) as modas – refiro-me àquelas que se realizaram como movimentos culturais –, mesmo quando são cooptadas e assimiladas pelo sistema econômico e viram grife domesticada, inteiramente confortável nos grandes salões das elites, nem por isso merecem nosso desdém. Alguma coisa fica. Há sempre um resto não digerido que se acrescenta à química dos cosmos cultural e altera o DNA das sociedades em benefício da liberdade” (SOARES, 2004:150, nota 11).

⁷⁷ RIBEIRO, *ibid.*:26.

⁷⁸ Id., *ibid.*:19.

infiltrariam valores originais na esfera pública⁷⁹. A juventude ou, mais precisamente, os grupos de pares formados por jovens seriam um destes altos-fornos dos quais a sociedade se serviria para se problematizar e renovar. O próprio caráter experimental das relações aí travadas são potencialmente inovadores. Ora, ao se canalizar toda a disposição política do jovem para a satisfação de um desejo aquisitivo, a sociedade termina por desperdiçar este potencial transformador, estimulando a sua privatização. A política e a vida pública, assim, vão se esvaziando. No entanto, argumenta Ribeiro, assim como não se deve focar apenas no consumo, tampouco se pode enquistar no grupo de pares. Propõe-se um equilíbrio difícil: “Como fazer que de tanta energia provenha algo que seja bom para a pessoa e para a sociedade?”⁸⁰. Para compreender melhor este contexto, talvez seja interessante, então, debruçar-se com mais profundidade sobre o consumo.

Através de uma abordagem psicossocial, Jurandir Freire Costa⁸¹ busca compreender e problematizar o consumismo. O emprego de termos como “consumismo”, “consumo” etc. seria um índice de transformações culturais e subjetivas que ocorrem desde a emergência e consolidação do capitalismo moderno. “Consumir”, segundo o autor, deve ser conjugado quando se referindo a substâncias metabolizáveis pelo corpo humano, não remetendo a objetos adquiridos através de negociações em um mercado; estes seriam comprados. A imprecisão aí não seria meramente semântica, ou melhor, esta imprecisão semântica acaba por revelar uma percepção equivocada: ao se compreender objetos não-metabolizáveis – não-consumíveis, portanto – como se compreendem alimentos e drogas, acaba-se por entender – ou aceitar – que não haveria diferenças significativas entre aqueles que os compram, sendo “todos razoavelmente iguais, dado que [suas] necessidades biológicas são razoavelmente idênticas”⁸².

Ora, embora não completamente desprovida de uma razão lógico-matemática onde se consideram fatores como a escassez e a necessidade, a compra é eminentemente motivada e significada em sociedade, argumenta Costa,

⁷⁹ Id., *ibid.*:27-8.

⁸⁰ Id., *ibid.*:32, meu grifo.

⁸¹ COSTA, J. F. “Perspectivas da juventude na sociedade de mercado”. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (orgs.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp.75-88.

⁸² Id., *ibid.*:76-7.

tendo igualmente repercussões sociais e, pode-se precisar, simbólicas. Neste sentido, não se pode estender o universalismo subjacente a uma abordagem analítica que tome a natureza biológica da espécie humana como ponto de partida a uma instância onde predominam a singularidade e a particularidade – especialmente as subjetivas, mas também as econômicas –, ou seja, às barganhas levadas a termo num mercado⁸³.

Conforme Costa, então, o consumo consistiria numa metáfora que remete ao ritmo com o qual se adquirem objetos industrializados, fruídos rapidamente em obsolescência *como se* fossem um soro exclusivamente fisiológico. Uma vez que o sujeito percebe na posse destes bens um meio de realização pessoal, ele tenderia a experimentar o preenchimento de demandas psicossociais, oriundas da espiral formada pela dinâmica entre sua subjetividade e a cultura na qual está imerso, como experimenta a satisfação de seus imperativos naturais. Esta relação com os objetos não seria uma novidade, contudo. A inflexão que caracteriza o presente estaria justamente no vulto cada vez maior que as compras vêm ganhando na constituição das identidades pessoais. De acordo com o autor, pode-se encontrar, na base deste ímpeto aquisitivo, uma nova moral do trabalho e uma outra, do prazer⁸⁴.

No âmbito do trabalho, além de permanecerem índices de êxito profissional e pessoal, os objetos passam a facilitar a satisfação de uma dupla necessidade subjetiva, inerente ao novo paradigma de administração empresarial e ao sujeito aí informado: viabilizar uma estabilidade psicológica sem negligenciar uma elasticidade pessoal. Desse modo, representam-se as mercadorias simultaneamente como estáveis – é fácil transportá-las consigo – e mutáveis – é igualmente fácil livrar-se delas.

Já na busca subjetiva pela realização dos prazeres sensoriais, o sujeito irá se apropriar dos objetos como um estímulo ao *seu* gozo físico, estímulo atual a ser permanentemente renovado. Consumindo objetos, portanto, acaba-se por estampar um prazo de validade, geralmente muito breve, sobre o próprio bem-estar que dele se aufere. Daí, argumenta o autor, fecha-se um circuito em que estímulo e compra se confundem, somando-se, ademais, a uma dupla demanda subjetiva: se o acesso

⁸³ Id., *ibid.*, loc. cit.

⁸⁴ Id., *ibid.*:79-80.

aos objetos deve ser o mesmo – constante –, os objetos em si mesmos devem ser sempre outros⁸⁵.

Embora procure um diagnóstico imparcial, pode-se perceber o tom crítico das análises de Costa. Não se trata, contudo, de uma crítica ruborizada ante uma imoralidade hedonista, por exemplo, ou desesperada ante a precarização das condições de trabalho; pelo menos, não se trata de uma crítica isolada a estes aspectos da cultura ocidental contemporânea. As preocupações do autor se revelam quando percebe que estes fatores potencializam a erosão de compromissos em torno do que chama “Bem comum”⁸⁶, ou seja, “algo que transcenda nossas vidas passageiras e o fugaz prazer de nossos corpos”⁸⁷. É possível dizer que a esta inquietação de cunho republicano, complementa-se uma outra, liberal, uma vez que Costa vê nessa negligência ante uma tradição o abalo na “confiança que temos na história e em nosso valor como agentes de transformação social”⁸⁸.

Neste sentido, o consumo de substâncias entre os jovens das camadas médias urbanas do município do Rio de Janeiro atualmente, por seu turno, pode ser um caso revelador daquilo que Maria Isabel Almeida e Fernanda Eugenio⁸⁹ identificaram como valores que constituiriam o espírito de época contemporâneo:

*(...) a competência, o primado do cálculo, o bem-estar como ponto de partida, o pragmatismo, a instrumentalização do consumo, a simultaneidade dos investimentos em muitas e diversas frentes de contato com o mundo, a produção tanto quanto possível de uma vida extensamente intensa*⁹⁰.

Buscando compreender um mundo social que se pauta cada vez mais pelo cálculo e pela competência, as autoras se debruçam sobre os desdobramentos subjetivos e as novas sensibilidades que emergem da interação entre o consumo de substâncias⁹¹ e as cenas eletrônicas contemporâneas. Tomando os jovens das

⁸⁵ Id., ibid.:83.

⁸⁶ Id., ibid.:82.

⁸⁷ Id., ibid.:85.

⁸⁸ Id., ibid.:87.

⁸⁹ ALMEIDA & EUGENIO, 2007.

⁹⁰ Id., ibid.:158.

⁹¹ É importante salientar que a noção de “substância” é empregada pelas autoras como uma relativização da categoria “droga”. Em outro momento (ALMEIDA & EUGENIO, 2006), elas explicam que “sob o registro mais abrangente da noção de substâncias, estão compreendidos não somente os itens que seriam classificados como drogas ilegais, mas igualmente os anabolizantes, os emagrecedores, as *smart drugs*, e até mesmo as barras de cereais, as vitaminas e as bebidas

camadas médias urbanas do município do Rio de Janeiro como foco empírico, as autoras percebem o recurso ao *ecstasy* como emblema de uma época em que se valoriza o bem-estar situacional dos usuários. Com efeito, mesmo juridicamente vedado, o consumo de *ecstasy* seria apenas um meio – entre vários, lícitos e ilícitos – ao qual se recorre na tentativa de produzir o que as autoras chamam “intensidade extensa”⁹², ou seja, a conciliação virtualmente vitalícia entre uma ascese dos estudos e do trabalho e uma outra, do lazer e do prazer. A dissolução de quaisquer antagonismos entre estas duas frentes de investimento individual caracterizaria o gerenciamento de si acionado por estes jovens.

Ainda que se mantenham referências à contracultura de trinta ou quarenta anos atrás, o hedonismo da “geração MTV”, diferentemente daquele destacado entre o círculo intelectual, artístico e boêmio da Zonal Sul do Rio de Janeiro dos anos 1960 e 1970, não seria permeado por um projeto de mudança e introspecção individuais ou por uma postura lúdica e pueril ante a realidade, pelo contrário; são um desejo de enquadramento e de uma incrementação de si, por um lado, e o balizamento rigoroso dos momentos de diversão no emprego do tempo, por outro, que irão marcar a especificidade destes jovens⁹³.

É a continuidade, não a mudança ou a ruptura, que emergirá como valor atualmente. Assim, moças e rapazes, ao consumirem substâncias, não se referem criticamente a um estado de coisas a ser reordenado através da rebeldia, mas, ao contrário, valorizam o aqui e o agora; um projeto de crítica social subentende um coletivismo que não entraria nas perspectivas destes jovens, senão subordinado às suas antecipações individuais. Neste sentido, o *ecstasy* é sintomático: toda a assepsia que o cerca – desde a obtenção dos comprimidos até a sua ingestão –, toda a aura de limpeza que o envolve deflaciona-lhe – ou dissolve-lhe por completo – qualquer significado contestatório, diminuindo assim qualquer ruído que o seu consumo possa provocar. A este ruído contrapõe-se um bem-estar constante e previsível que, ao invés de problematizar a realidade, ratifica-a ao intensificá-la e estendê-la.

Todavia, assepsia, previsibilidade e bem-estar não prescindiriam de empenho e desempenho individuais. O cálculo permearia toda a interação do

alcoólicas em geral. Em uma palavra, o amplo universo de substâncias disponíveis para a sensibilização e a incrementação dos corpos” (id., *ibid.*:40, grifo no original).

⁹² Id., 2007:155.

⁹³ Id., *ibid.*:156-9.

jovem com a substância, não bastando, portanto, o consumo para a fruição de uma experiência prazerosa. O contato com um par que consiga o *ecstasy*, substância muitas vezes produzida em países europeus como a Inglaterra e a Holanda; a escolha criteriosa de vestimentas que combinem, componham e potencializem a *vibe* do ambiente de consumo; a presença de amigos no ato da ingestão; sobretudo, a minúcia na auto-dosagem, saber inalienável; estas são variáveis a considerar pelo jovem que visa à produção de um bem-estar hermeticamente controlado e, por isso mesmo, potencialmente mais intenso.

A aparência, além disso, impõe-se como um importante filtro classificatório. Ao não investir o necessário na lapidação de um corpo saudável ou, ainda mais grave na perspectiva desses jovens, ao degradar o próprio corpo, o sujeito denuncia sua temeridade, sua ingerência sobre si mesmo, o que permite vislumbrar a falta de um rigor necessário à produção e à manutenção daquela intensidade extensa. Neste sentido, cabe ao próprio jovem impor-se os limites que orientarão seu consumo de substâncias. No caso de uma *bad trip*, por exemplo, o consumidor, e apenas ele, é imputável por este acidente de um percurso supostamente longo e prazeroso. O termo “acidente”, aliás, não seria o mais adequado, uma vez que a *bad trip* é muito mais um índice de incompetência do sujeito, o *ecstasy* sendo muitas vezes representado como infalível.

A assepsia e a aparência, então, aparecem como os limites que determinarão o êxito ou a bancarrota da empresa do bem-estar de cada um desses jovens. A dependência química é interpretada aqui como uma falha, um erro no qual incorre o *loser*, isto é, aquele que não preencheu os requisitos necessários à consecução de seu próprio projeto de vida ou, ainda mais drástico, aquele que sequer se havia proposto um. Quando o jovem “perde a noção”, ele ignora seus próprios limites; no extremo, viola-se e, talvez o maior de todos os seus equívocos, ignora-se. Aqui, ignorar-se, não se conhecer desde muito cedo, não se ater aos seus próprios planos, abrir mão de bom grado da própria autonomia para atender aos caprichos do vício, verdadeiro senhor heterônimo, tudo isso revela uma inaptidão estigmatizante. Passando por cima dos limites que devia respeitar acima de todas as coisas, pois, afinal, trata-se dos *seus* limites – auto-impostos – o sujeito subordina-se, tornando-se indigno desta espécie de protagonismo protagórico ao qual aspira e que parece constituir o mais caro valor construído por esses jovens:

O “projeto pessoal” de vida torna-se assim direito e dever de cada um: não se o submete ao arbítrio nem dos pais nem do coletivo, do grupo de pares. (...) O que dá a medida dos limites de engajamento no coletivo e na diversão é o projeto pessoal de cada sujeito, que nunca pode correr o risco de sucumbir ou sequer de sair do primeiro plano. O cálculo e o planejamento, o monitoramento permanente de si, estes não são dados por agentes externos a si, por uma autoridade heterônoma; competem, ao contrário, ao sujeito tornado “medida de todas as coisas”⁹⁴.

Vimos acima com Figueira, o processo de mudança social acelerada, a modernização – reativa ou efetiva – por que vem passando o país nos últimos decênios, tem, de fato, resultado no relaxamento, na suavização de uma hierarquia familiar antes tida como inconteste. Não apenas a família, mas a sociedade como um todo se transformou, pendendo-se sempre e cada vez mais para uma relativização de fronteiras, identitárias e institucionais. O Estado, a Igreja Católica, a escola e o trabalho, enquanto referências clássicas, e que iam de mãos dadas com a família, não mais incidiriam com a mesma intensidade sobre a subjetividade; em outras palavras, o sujeito – seu imaginário, suas emoções, sua fantasia⁹⁵ – disporia agora de uma pletora de nortes morais e comportamentais.

Não se pode inferir deste desmapeamento, contudo, a repentina insignificância dos parâmetros antes disponibilizados e, menos ainda, a absoluta ausência de balizas subjetivas, numa palavra, de “limites”. Se o peso das antigas instituições não é mais o mesmo, não se pode apressar em decretar o seu colapso, tampouco em presumir que, onde houve recuo, não houve também o avanço de outras – muitas e novas – possibilidades. Ao se pensar numa “falta de limites”, portanto, deve-se ter este quadro mais amplo em mente.

Sem que se desprezem os parâmetros negociados e estabelecidos entre pais e filhos, hoje, no caso dos jovens, os grupos de pares, as galeras, as turmas parecem ganhar destaque tanto como uma alternativa aos ajustes familiares quanto como um espaço e um tempo privilegiados de reconhecimento intersubjetivo e de inovação lingüística e, no extremo, política. Ademais, é importante notar que, no presente, muito mais que uma “causa” ou uma “bandeira”, são o mercado e o consumo que ensejam e informam estas coletividades. Como informa Singly:

⁹⁴ Id., *ibid.*:177-8.

⁹⁵ FIGUEIRA, *ibid.*:14.

Estes [os adolescentes] emancipam-se dos pais construindo seu mundo pessoal – uma das suas vontades assim se expressa: “se a minha família se ocupasse um pouco mais das suas coisas e um pouco menos das minhas, seria ótimo”. Mas eles elaboram esse mundo a partir de que materiais? Com a música proposta pelas rádios especializadas, pelas roupas de marca que lhes são endereçadas, enfim pelos elementos postos à disposição pelo capitalismo e pela lógica dominante no mercado. Eles não estão, assim, nem um pouco (des)socializados. Seu mundo é menos o mundo de seus pais – nesse caso, ele é “pessoal” – e muito mais o mundo dos seus pares, da sua geração e do mercado correspondente⁹⁶.

Esta classificação cada vez mais baseada na esfera econômica gera uma significativa segmentação destes novos parâmetros de sociabilidade. Dependendo da intensidade e da duração dos vínculos e das relações aí formadas e, igualmente, dos desenlaces advindos da ação destas coletividades sobre a sociedade, esta gênese pode passar a ser vista com ressalvas, como parece ser o caso das análises elaboradas por Ribeiro e Costa.

Maria Rita Kehl, por sua vez, vê como positivas as “ligações horizontais” estabelecidas entre os jovens no interior de uma turma. Estes vínculos entre semelhantes, alternativa à ascendência das “ligações verticais” hegemônicas durante a infância, servem como substrato para novas vias identificatórias e lingüísticas e, ao fim, novas alternativas para a vida em sociedade como um todo⁹⁷.

O pertencimento experimentado pelo jovem ao ingressar numa turma catalisa a ultrapassagem dos referenciais familiares elaborados e impostos até ali. Sob um prisma psicanalítico, a autora percebe nestas “formações fraternas”⁹⁸ um caminho essencial para a transformação da relação do jovem com seus pais durante a adolescência. Legitimando e incentivando ensaios de transgressão, a turma acaba por facilitar a seus integrantes a problematização de tabus que há muito lhes foram colocados. Ao adotar outros parâmetros – criados no seio deste grupo –, o jovem passa a testar aqueles estabelecidos por seus pais e, de um modo geral, pela sociedade, amparado na colaboração e na corroboração de seus pares.

No limite, trata-se de um processo de maturação da forma como o jovem representa e se relaciona com normas impessoais, passando não só a distingui-las com maior precisão ante os interditos familiares, mas também, e precisamente por isso, alargando seu próprio perímetro de liberdade. Esta, por sua vez, seria

⁹⁶ SINGLY, *ibid.*:180-1.

⁹⁷ KEHL, *ibid.*:111-2.

⁹⁸ *Id.*, *ibid.*:111.

estendida muito mais por inovações simbólicas que através do vandalismo. Efetivamente, a adolescência enquanto moratória⁹⁹ acaba por situar os jovens, especialmente os jovens de classe média, numa órbita intermediária entre a marginalidade e a cultura oficial. As turmas, inovando em linguajar e linguagem, acabam por expandir o horizonte de significação da própria sociedade da qual faz parte¹⁰⁰.

Otimista de um modo geral, Kehl se mostra preocupada com o degingolar da turma em gangue. Estanque em si mesmo, passando ao largo de quaisquer referências mais amplas, o grupo formado por jovens corre o risco de subscrever não apenas a transgressão simbólica, mas a própria criminalidade. Neste sentido, aqueles pequenos atos desviantes potencializados pelo grupo de pares dariam lugar à afronta direta a um sistema de normas social e juridicamente estabelecido.

Já segundo Cynthia Sarti, caberia ao jovem introduzir a alteridade na família, desempenhando aí o papel de “outro necessário”¹⁰¹. Um universo de relações em permanente especularidade com a sociedade, a família mediaria o biológico e o social. Assim, muito mais que os cônjuges e seus filhos, a “família” seria uma categoria nativa cujos limites estariam inscritos no próprio discurso daqueles que se auto-representam coletivamente como seus integrantes¹⁰². Com efeito, este conjunto de interações mostra-se simultaneamente lugar de aquisição da linguagem e, justamente por isso, contraponto privilegiado, mas não exclusivo, de inovações simbólicas¹⁰³.

Ao embeber os pequenos na linguagem, a família lhes fornece lentes por meio das quais é possível classificar a realidade. Estas, mais tarde, continuarão servindo de referencial a cada um dos membros da família, mas agora um referencial a problematizar – ou defender – e, tal como vimos com Kehl, ultrapassar. É preciso deixar claro, este processo de questionamento não se encontraria em latência, como que “aguardando” a passagem das crianças à adolescência para deslanchar. Trata-se, em realidade, de um *work in progress*, por assim dizer, sem um instante zero definido, que vem se desenrolando antes e se

⁹⁹ A autora interpreta a adolescência como um fenômeno histórico circunscrito à modernidade e à industrialização. Nela, o adolescente se encontraria num hiato biográfico, cada vez mais extenso, aguardando sua incorporação à vida adulta (KEHL, *ibid.*:91).

¹⁰⁰ *Id.*, *ibid.*:113.

¹⁰¹ SARTI, *ibid.*:123.

¹⁰² *Id.*, *ibid.*:117.

¹⁰³ *Id.*, *ibid.*:120.

estende para além de quaisquer marcos biográficos individuais. Assim, se as rupturas com o discurso difundido *pela* e *na* família se evidenciam com maior nitidez através dos jovens e de seu comportamento, estas transformações não ocorreriam sem os pais e seriam levadas a termo também pelos mais velhos.

Sarti, contudo, vê os grupos de pares formados por jovens como peças-chave na compreensão das inflexões lingüísticas e da apresentação de caminhos originais para a vida em sociedade. Com efeito, a construção da identidade do jovem passa, em grande medida, pela procura e experimentação de referenciais, senão explicitamente divergentes, diferentes, sim, daqueles de que dispunha¹⁰⁴ – vale dizer, referenciais relativamente estáveis até a passagem da infância à adolescência, isto é, até uma significativa ampliação de sua autonomia individual, negociada e delegada num ritmo que varia como varia o caráter das premissas pedagógicas de seus responsáveis, menos ou mais liberais.

No extremo, este percurso de individuação é também um percurso de coletivização onde se estabelecem limites essenciais – e novos, é certo – para a subsistência simbólica do grupo. Neste sentido, a família desempenha um papel fundamental e, pode-se dizer, duplo: por um lado, manter-se eixo e contraponto de sentido para o jovem e para as coletividades das quais faz parte; por outro, o que é apenas aparentemente paradoxal, mostrar-se permeável a estes parâmetros inéditos, construídos em seu exterior. No mundo moderno, argumenta a autora, é esta dinâmica entre os mitos familiares e as problematizações aí infiltradas pela sociedade via jovem que evitará a cristalização, potencialmente normativa, de uma e outra:

A família, então, constitui-se dialeticamente. Ela não é apenas o “nós” que a afirma como uma família singular, mas é também o “outro”, condição de possibilidade da existência do “nós”. Sem deixar entrar o mundo externo, sem espaço para a alteridade, a família confina-se em si mesma e se condena à negação do que a constitui, a troca entre diferentes¹⁰⁵.

Para tornar esta análise dos grupos de jovens enquanto uma instância fornecedora de limites mais nuançada, é interessante chamar a atenção para como estas coletividades seriam representadas por entre os jovens das camadas

¹⁰⁴ Id., *ibid.*:123.

¹⁰⁵ Id., *ibid.*:122.

populares urbanas. Neste sentido, Luiz Eduardo Soares¹⁰⁶ volta suas análises para aqueles jovens acometidos pelo que chamou “invisibilidade social”¹⁰⁷, tratando principalmente de rapazes negros, 15 a 24 anos, provenientes das camadas populares urbanas. Estes “jovens invisíveis” estariam num constante e intenso flerte com organizações criminosas – especialmente as do narcotráfico – não apenas em busca de melhores condições e oportunidades materiais, mas igualmente, e talvez mais importante, à procura de reconhecimento, de um canal de intersubjetividade e, ao fim, de sua própria identidade, através de um delineamento mais nítido para sua subjetividade. Sua condição invisível se configuraria a partir da conjunção de duas posturas adotadas seja ante a sua presença, numa relação face a face, seja num plano menos explicitamente concreto: a estigmatização ou o preconceito, por um lado, e, por outro, a indiferença ou a negligência¹⁰⁸.

A projeção de um estigma sobre alguém seria uma atitude dotada de positividade; noutras palavras, ainda que disso pouco se dê conta aquele que o faz, impõe-se ao outro um estereótipo que reduz todas as suas idiosincrasias pessoais à imagem que dele se constrói, imagem esta geralmente difamatória. A este preconceito corresponde não apenas uma previsão moral superficial, mas, a partir daí, uma prevenção moralista que, no mais das vezes, redundando em hostilidade e violência¹⁰⁹. A indiferença, por seu turno, consiste num posicionamento negativo onde se deixa de perceber alguém seletivamente. Nem sempre permeado de intolerância, este tipo de ignorância auto-imposta funcionaria como um fiel mental, sempre visando a um “mínimo indispensável de equilíbrio psíquico”¹¹⁰ ante uma realidade social considerada cada vez mais insuportável.

Incomunicáveis, zerados enquanto sujeitos, estes jovens perceberiam o ingresso numa organização criminosa como seu único – e provavelmente último – meio de travarem relações que lhe outorgarão um reconhecimento até ali negado pela sociedade mais ampla. Apesar de ilegal, a facção não deixa de ser um grupo dotado de legitimidades e ilegitimidades internas, normas e símbolos construídos

¹⁰⁶ SOARES, L. E. “Juventude e violência no Brasil contemporâneo”. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, pp.130-159.

¹⁰⁷ Id., *ibid.*:133.

¹⁰⁸ Id., *ibid.*:132-3.

¹⁰⁹ Id., *ibid.*:133.

¹¹⁰ Id., *ibid.*:135.

coletivamente. No âmbito subjetivo, então, o pertencimento ali vivenciado contribui consideravelmente para a formação da identidade de seus integrantes. Mesmo que de modo precário e quase sempre efêmero, é através destes vínculos que se facilitará a expressão de singularidades pessoais e, especularmente, o reconhecimento destas pelos pares. De acordo com Soares, há, de fato, um apelo material a seduzir estes jovens rumo às fileiras do tráfico. Esta atração, contudo, não poderia ser reduzida à mera supressão utilitária de uma necessidade palpável como a fome, por exemplo; a carência aqui é igualmente simbólica e afetiva¹¹¹.

As armas e a moda são um importante índice deste duplo significado que a facção teria não apenas para aqueles que dela já fazem parte, mas para prováveis membros e, além destes, para *as* jovens¹¹², talvez ainda mais invisíveis. Ora, o caráter utilitário dos armamentos e das roupas é inegável; contudo, a posse de ambos ressignifica aquele que os controla, uma vez que denota uma “linguagem simbólica inseparável de valores” através da qual o jovem empreende um esforço para ser “diferente-igual-aos outros”¹¹³, um esforço, portanto, de reconhecimento e de identificação e, ao mesmo tempo, de distinção.

Assim, as pistolas, rifles e metralhadoras não valeriam apenas o quanto pesam ou aniquilam, mas, além disso, tanto quanto produzem de distinção e, ao mesmo tempo, de pertencimento. O mesmo se dá com as vestimentas. Estas, aliás, não seriam roupas quaisquer, mas camisas e tênis de grifes valorizadas enquanto índices de uma moda, de uma estética por conseguinte, e, no limite, de uma ética. Através destes itens, o jovem, belo e bélico, garante suas inserção e participação num grupo de semelhantes, ganhando em “densidade antropológica”¹¹⁴:

*Participar de um grupo é gratificante porque fortalece o sentimento de que temos valor e a sensação de que aquilo que pensamos e sentimos é compartilhado por outros, o que lhe revigora o valor de verdade e de correção moral*¹¹⁵.

¹¹¹ Id., *ibid.*:148.

¹¹² Conforme Soares, são as opiniões e juízos femininos que, em boa medida, estimularão os rapazes a fazer parte de uma organização criminosa (*ibid.*:152).

¹¹³ Id., *ibid.*:137.

¹¹⁴ Id., *ibid.*:142.

¹¹⁵ Id., *ibid.*:150.

2.4.

Interpretando as relações entre gerações na família das camadas médias urbanas do Brasil contemporâneo: uma tentativa

Como, então, interpretar esta aparente “falta de limites” do jovem de classe média? A partir das análises acima expostas, pode-se argumentar que o jovem – e não apenas ele – se encontraria não em um vácuo de parâmetros nitidamente delimitados, mas num contexto onde se lhe apresentam e onde coexistem inúmeras vias de individualização. A percepção generalizada de uma lacuna moral implica uma pressuposição complementar e aparentemente lógica: ora, onde se supõe um espaço em branco, supõem-se-lhe igualmente fronteiras bem definidas. Assim, a situação parece reduzida àquela anedota na qual dois sujeitos passam a brigar, ao depararem com um recipiente à metade de sua capacidade, declarando tratar-se, por exemplo, de um copo meio cheio e, alternativamente, de um copo meio vazio. É possível – e mesmo provável – que jovens e adultos não atentem para aquilo que ignoraram estes dois personagens: de fato, diferentes entre si, suas perspectivas – pessoais e coletivas – não seriam a medida de todas as coisas; a despeito disso, contudo, não seriam necessariamente divergentes.

O diagnóstico de uma falta de limites parece especialmente atraente num contexto onde a diferença ainda chega a ser apreendida como divergência, apesar de significativos avanços rumo ao que Figueira chamou “modernização efetiva” dos mecanismos subjetivos dos indivíduos membros de uma família e também da sociedade como um todo. Em outras palavras, tende-se a tomar a dificuldade de compreensão inerente à comunicação – intersubjetiva e intergeracional – como uma absoluta e incômoda impossibilidade. Haveria, realmente, um descompasso entre as perspectivas em jogo; este, no entanto, não seria cabal, havendo pontos de interseção e brechas de negociação. Do contrário, isto é, fossem ambas as posições inescapavelmente incompatíveis, é lícito insinuar que sequer haveria espaço para a polêmica.

A situação se revelaria particularmente tensa ao não se perceber que a conciliação é antes um processo permanente de construção e reconstrução identitária – dos sujeitos nele envolvidos – e institucional – da família, por exemplo –, atualizado coletivamente; não se trata, portanto, de um estágio final,

um consenso derradeiro. Vislumbrando a possibilidade de um idílio relacional, acaba-se por cristalizar discursos e, portanto, a própria realidade. Nesses termos, as disputas ganhariam ares cataclísmicos, gerando um pânico – especialmente da parte dos pais – e uma reação – particularmente da parte dos filhos – diretamente proporcionais à reificação que se faz da família. Desse modo, de um ideal consensual, potencializam-se e, cedo ou tarde, realizam-se conflitos. Ironicamente, embora muitas vezes percebidas como indesejadas, estas disputas seriam, como vimos, parte instituinte e constituinte de um determinado universo de relações.

Dessa maneira, ao que “deve ser”, imposto pelos mais velhos, o jovem proporia e mesmo oporia o que “deveria ser”, não como rebeldes organizados em monolito, como sugeriu Moura, mas simplesmente cultivando suas próprias individualidades, tanto sozinhos quanto com seus grupos de pares. Neste debate, ainda que haja uma dualidade entre as gerações, ambos discursos seriam, então, moralizantes, insinuações e sugestões de limites. Desse modo, as tensões entre pais e filhos não viria tanto de uma falta de limites quanto de uma falta de compreensão e de um esforço de compreensão mútua do que sejam e de quais sejam estes limites, o que, ao fim, não deixaria de ser uma postura etnocêntrica. Como indica Sarti:

*A negação do diferente, a base etnocêntrica de todo preconceito, funda-se precisamente na dificuldade de aceitar que o suposto diferente se parece muito conosco e pode nomear o que para nós é inominável. Na verdade, ele revela muito de nós mesmos e põe em questão o caráter absoluto de nossas próprias referências culturais. Se o outro pode estar certo, então isso significa que nós podemos estar errados?*¹¹⁶

É preciso, contudo, matizar esse etnocentrismo. De fato, precipitando-se inadvertidamente numa interpretação destas disputas, chega-se rapidamente à conclusão de que a intransigência seria exclusividade dos pais, que oprimiriam, não tolerando as novidades encarnadas e representadas por seus filhos; estes, oprimidos, resistiriam romanticamente a um contra-ataque moralista e, pode-se dizer, covarde, dadas as assimetrias em jogo: de um lado, a autoridade que, apesar de problematizada, ainda revestiria a palavra do adulto de uma aura de legitimidade, desqualificando complementarmente a do jovem; do outro, a

¹¹⁶ SARTI, *ibid.*:125.

dependência econômica oxigenando um vínculo clientelístico entre pais e filhos. Esta, entretanto, parece ser uma leitura parcial da realidade.

Como vimos, o jovem é um valor, seu discurso também. Ademais, inflacionando-se o prisma da dependência, ignora-se o da autonomia subjetiva. Sim, o jovem é dependente materialmente, o que lhe coloca em desvantagem nos conflitos com seus responsáveis. Este *handicap*, entretanto, não o impede de adotar uma postura individualista. As tensões, pelo menos nesse caso, parecem se configurar devido a uma postura etnocêntrica de parte a parte. É necessário lembrar, além disso, a família não seria constituída por um universo de relações pautadas unicamente por uma guerra de posições entre as gerações. Esta seria uma imprecisão analítica tão significativa quanto o seu inverso, ou seja, percebê-la como um invólucro de ordem e paz incrustado num caos mais amplo, a sociedade. É justamente esta tensão entre os símbolos valorizados pelas diferentes gerações das camadas médias urbanas que levará à experimentação e à inovação necessárias à atualização dos horizontes simbólicos da sua própria cultura. É Claude Lévi-Strauss¹¹⁷ quem finalmente argumenta:

O que concluir de tudo isso¹¹⁸, a não ser que é desejável que as culturas se mantenham diversas, ou que se renovem na diversidade? Apenas (...) é preciso concordar em pagar o preço: a saber, que culturas zelem por suas peculiaridades; e que essa disposição é saudável, e não – como gostariam de fazer-nos crer – patológica. Cada cultura desenvolve-se graças a seus intercâmbios com outras culturas. Mas é necessário que cada uma oponha certa resistência a isso, caso contrário, logo não terá mais nada que seja de sua propriedade particular para trocar. A ausência e o excesso de comunicação têm, um e outro, seus riscos¹¹⁹.

¹¹⁷ LÉVIS-STRAUSS, C.; ERIBON, D. *De perto e de longe*. Tradução: Léa Mello e Julieta Leite. São Paulo: Cosac Naify, 2005[1988].

¹¹⁸ O autor refere-se aqui às convergências e divergências entre dois textos seus onde se debruça sobre o etnocentrismo, *Raça e história*, de 1952, e *Raça e cultura*, de 1971.

¹¹⁹ LÉVI-STRAUSS & ERIBON, 2005[1988]:211.